

## PROPOSTA DE CURSO

**TÍTULO: PANDEMIA E TERRITÓRIOS: a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais**

### **Coordenação Geral:**

Patrícia Portela, Cynthia Martins e Raquel Mombelli e Alfredo Wagner

### **REALIZAÇÃO:**

Direção Norte e Comitê Quilombo (ABA)

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA)

Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCSA)

**Data:** 05 de agosto a 07 de outubro de 2021

**Local:** google meet /TV ABA

**Objetivos Geral:** Abordar, a partir das experiências registradas na coletânea Pandemia e Territórios, os efeitos diferenciados da pandemia COVID 19 nos territórios e para os diferentes agentes sociais identificados como povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, pescadores, extrativistas) e as ações de autodefesa mediante mecanismos e dispositivos de controle de poder do Estado.

### **Objetivos específicos:**

- Analisar o conceito polissêmico de território (território tradicional, território da morte, território da cultura, territórios de guerras, etc).
- Identificar as dimensões de conflitos mediante dispositivos da biopolítica nos territórios dos povos tradicionais;
- Refletir sobre as formas de construção das barreiras sanitárias locais; as subnotificações dos contágios e sobre os saberes tradicionais referidos aos cuidados de si;
- Discutir os diferentes significados e apropriações por agentes sociais de termos decorrentes da pandemia, tais como: quarentena, isolamento, distanciamento social, imunização, dentre outros;
- Identificar as ações e omissões do Estado, o cerceamento das comunidades pelo evento epidemiológico e os dispositivos de regulamentação para “combater” a pandemia;
- Analisar leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e resoluções com efeito em face aos direitos territoriais
- Reflexão sobre a ciência da vida, como parte do trabalho de investigação em tempos de pandemia;
- Compreender os obituários como registro necrológico reverso da biografias como instrumento para refletir sobre “territórios da morte”;
- Analisar iconografias como formas de registros de resistências no enfrentamento da pandemia;

- Descrever o processo de produção de dados pelos próprios agentes sociais como sujeitos na produção sobre a versão destes fatos.

**Público:**

- Associados da ABA
- Estudantes de graduação e pós-graduação Comunidade acadêmica, pesquisadores, profissionais;
- Procuradores e operadores do MPF e DPU
- Representantes indígenas, movimentos sociais e comunidades tradicionais.

**Metodologia:**

O curso ocorrerá em um período de dez semanas, totalizando 30 horas de atividades, divididas em sessões. As sessões serão divididas em 2 blocos temáticos, e contarão com a participação de agentes sociais que contribuíram e participaram da produção do livro “pandemia e território”. As aulas serão expositivas e dialogadas nos sentidos que os participantes e representantes de povos e comunidades tradicionais possam compartilhar seus relatos sobre suas experiências, apresentar suas reflexões e dúvidas a respeito dos temas debatidos.

**Vagas:** 116 participantes

**Carga horária:** 30 horas, sendo oferecidas dez (10) sessões de três horas cada; uma sessão semanal.

**Justificativa:** A presente proposta para o curso “Pandemia e Território” visa colocar em discussão um conjunto de iniciativas de pesquisa e reflexões detidas sobre os efeitos da pandemia do covid-19 sobre a vida e a morte e sobre os territórios, tradicionalmente ocupados, de agentes sociais que se referem aos designados povos e comunidades tradicionais e a uma variedade de formas de classificação oficiais definidoras de *grupos em posição de vulnerabilidade ou em risco*. Iniciativas essas reunidas na coletânea de artigos, publicada ainda em 2020, intitulada “Pandemia e Território”. Ao apresentarmos propósitos, critérios de seleção e ordem de exposição do livro, seus organizadores assim se expressam:

“O processo de contágio relativo à pandemia descreveu vários movimentos, antes do dia 12 de março de 2020, quando houve o registro oficial da primeira morte por Covid-19 no Brasil. As notícias da Europa, especialmente de Itália, França e Espanha, fizeram com que o alarme soasse mais alto aos ouvidos e revelasse a tragicidade da pandemia aos olhos da maioria do país. A cada mês a gravidade deste quadro trágico está se ampliando com efeitos danosos sobre uma vasta diversidade de categorias sociais. Os registros, objetos de reflexão dos artigos da coletânea ora apresentada, concernem notadamente às seguintes categorias: moradores de bairros periféricos das grandes cidades; indígenas, cujas aldeias estão localizadas em perímetros urbanos e em seus próprios territórios identificados e demarcados; quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades de fundos e fechos de pasto, comunidades atingidas pela exploração mineral e grupos de pequenos agricultores e extrativistas. As designações utilizadas correntemente pelas interpretações oficiais referem-se também de maneira explícita a: moradores de *favelas*, de *periferias*

e do *interior do Brasil*. A especificidade é percebida e explicitada quando estas unidades sociais são classificadas pelos planejadores das ações governamentais como *grupos em posição de vulnerabilidade ou em risco, como as pessoas em situação de rua, com sofrimento ou transtorno mental, com deficiências físicas, vivendo com HIV/aids, LGBTI+, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, ambulantes, estivadores e artesãos* e aqueles que estariam em situação extrema de marginalidade como os “moradores das Cracolândias” ou *viciados em crack*, os chamados “andarinos”, que são vistos como perambulando sem domicílio e ocupação fixa, e as trabalhadoras do sexo, usualmente designadas como *prostitutas*. Nessa relação não é informada a “população carcerária” ou “em privação de liberdade”, nem tão pouco os que se organizam em movimentos sociais e se autointitulam “sem teto” e “sem terra”. Em todas estas designações oficiosamente utilizadas constata-se um extenso espectro da desigualdade social e de injustiças radicais que se agravam nestes tempos de pandemia e pairam sobre essas “vidas nuas”, conforme conhecida expressão de Agamben”. A presente coletânea focaliza, portanto, com destaque, estes agentes sociais mencionados, dispostos em condições altamente desfavoráveis, que se referem a povos e comunidades tradicionais. (Almeida, Marin e Melo, 2021).

Publicado em três volumes, este livro é integrado por cento e dezesseis (116) autores que possuem diferentes investimentos e relações de pesquisa com agentes sociais referidos a povos e comunidades tradicionais e que vêm mantendo diferentes tipos de interlocução com esses agentes, seus pleitos e pautas reivindicatórias; tais pesquisadores mantêm vínculos de trabalho com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. O livro buscou, assim, reunir declarações e ações destes agentes sociais, integrantes de diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente de quilombolas, que viveram e permanecem enfrentando o drama da pandemia e são alvo de intervenções oficiais que violam, de modo direto, direitos constitucionais assegurados a esses povos e comunidades.

A ideia do **presente curso** “Pandemia e Território” é a de fomentar o debate levantado por esses autores a partir das experiências de pesquisa registradas nesse livro de modo a confrontar os efeitos de intervenções oficiais notadamente dispositivos de lei, resoluções, decretos, dentre outros ordenamentos, que têm provocado conflitos sociais e ações de desmatamento na Amazônia intensificadas durante a pandemia do Covid-19.

## PROGRAMAÇÃO DO CURSO PANDEMIA E TERRITÓRIO

9:00 as 12:00	<b>MÓDULO I – Mobilizações e Atos de Estado</b>
	<b>Obituário: Vida no Território da Morte</b> <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i> 05 de agosto/ 2021
	<b>Análise do Veto 27, de 2020 - Plano Emergencial para enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas e Medidas de Apoio a Diversas Comunidades: Etnografia do processo legislativo</b> <i>Márcia Anita Sprandel</i> 12 de agosto/2021
	<b>Pandemia e Território: Cooperação e Disputas</b> <i>Aurélio Vianna Jr</i>  <b>Memórias da Pandemia em Manaus (jan/2021): biopoder e redes de solidariedade.</b> <i>Davi Avelino Leal</i>  19 de agosto/2021

	<b>MODULO II – Experiências Etnográficas</b>
	<b>Lábrea e o “Novo Coronavírus”: biopolítica e os impactos do isolamento social para os povos e comunidades tradicionais no Médio Purus, AM</b> <i>Claudina Azevedo Maximiano</i> <i>Marcelo Horta Messias Franco</i> 26 de agosto//2021
	<b>Cenários do Sul do Amazonas: os Tupi Kagwahiva e as formas de enfrentamento do Covid-19 em Terras Indígenas</b> <i>Jordeanes do N. Araújo</i> <i>Suellen Andrade Barroso</i> <i>Angelisson Tenharin</i> 02 de setembro//2021
	<b>Aspectos da “invisibilidade” no discurso dos indígenas em Manaus: A luta pelo reconhecimento em tempo de Pandemia.</b> <i>Glademir Sales dos Santos</i> 09 de setembro/2021
	<b>Territórios quilombolas em Santa Catarina frente à Pandemia do Covid 19</b> <i>Raquel Mombelli</i> <b>Territórios Indígenas e Pandemia na Amazônia</b> <i>Eriki Aleixo</i> 16 de setembro/2021
	<b>O duplo <i>pharmakon</i> da Pandemia no Assentamento Nazaré, Acará</b>

	Elielson Pereira da Silva 23 de setembro/2021
	<b>Memórias, Saberes e Projetos que o Covid-19 não consegue levar: liderança e ensinamentos de Tia Uia no Quilombo da Rasa (RJ)</b> <i>Oswaldo Martins de Oliveira</i>  30 de Setembro /2021
	<b>Políticas de Reconhecimento e Pandemia: atos de resistência face aos instrumentos de limpeza étnica</b> <i>Patrícia Maria Portela Nunes/ Raquel Mombelle, Cynthia Martins</i> <i>Alfredo Wagner</i> 07 de outubro/2021